



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Lauro Lobo Alcantara e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, José Alves e Rafael Greca (03).

Achando-se em licença os Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira e Werner Wandrer (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação as Atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

30 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Vai-se proceder à verificação de votação.

(É feita a verificação de votação das Atas). Aprovadas.

O Senhor 1º Secretário lerá o Expediente que se encontra sobre a Mesa.

Ofícios:

DTL/SAT/n. 51/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO O PROJETO DE LEI n. 69/89, em razão dos motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Of. n. 006/89

Curitiba, 09 de maio de 1989.
Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade precípua de comunicar-lhe que o Deputado Erondy Silvério é o representante do Partido Trabalhista Nacional (PTN) nessa Assembléia Legislativa e, por conseguinte, Líder da Bancada.

Sendo o que temos para o momento, valemo-nos do ensejo para, ao cumprimentá-lo expressar-lhe votos da mais alta estima e elevado apreço.

Cordialmente
JOSÉ LUCIO CIONI
Presidente

Indicações:

Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB, vem, pelo presente, indicar os nomes do Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Saúde:

- Deputado Orlando Pessuti
- Deputada Amélia Hruschka
- Deputado Djalma de Almeida César
- Deputado Pirajá Ferreira
- Deputado José Felinto

Sem mais, na oportunidade, reiteramos os protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Senhor Presidente.

Com os meus respeitosos cumprimentos e atendendo solicitação de Vossa Excelência, através do Ato n. 01/89 desta Presidência, publicado em 26.04.89 no D.O. n. 3004, tenho a honra de indicar os Senhores Deputados da Bancada do PFL para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme segue:

Titular: Deputado DAVID CHERIEGATE

Suplente: Deputado LEONIDAS CHAVES

Sem mais para o momento, reitero na oportunidade, protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Líder do PFL

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, a indicação dos membros que representarão a Bancada do PDT, na Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada nesta Casa de Leis, em 19.04.89.

- Deputado Valderi Mendes Vilela - Titular

- Deputado Algaci Túlio - Suplente

Sendo o que apresentamos, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Senhor Presidente.

Através do presente, encaminho à Mesa desta Casa, a indicação do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, colho de oportuno renovar-lhe protestos de minha consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n. 98/89, que

revoga a Lei n. 8.851/88.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n. 026,27,73/89.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei 032/88, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de profissionais em secretariado executivo e secretariado técnico para ocupar funções inerentes à profissão dentro dos órgãos e empresas do governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência à Proposição n. 36/89.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LAURO LABO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 45/89.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, propõe um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Ricardo Menicucci Rezerde, ocorrido no último mês de abril.

Ricardo Rezerde desapareceu prematuramente, aos 41 anos de idade, depois de ter sido o primeiro Presidente da Bolsa de Mercadorias do Paraná, entidade que ajudou a consolidar; foi ainda Presidente da Horizonte S.A. Corretora de Valores e Câmbio; Diretor da Nato-Nacional de Técnicas e Obras Ltda; Conselheiro da Bolsa de Valores do Paraná, e empresário nos ramos da hotelaria e agropecuária.

Filho do ex-Deputado Federal Rafael Ferreira Rezerde, Ricardo deixa a esposa,

Dona Jane Hoefel Rezerde, filhos e irmãos. Seu desaparecimento priva o Paraná de um espírito empresarial lúcido e brilhante, que tanto contribuiu para o desenvolvimento de relações econômicas.

Por este motivo pedimos que a manifestação desta Casa seja participada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 826

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do Senhor Amilton Teodoro de Oliveira, ocorrido no último dia 07 do corrente, em acidente automobilístico.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Amilton Teodoro de Oliveira, era um cidadão honrado, trabalhador, pai de família que prestou relevantes serviços às cidades de Janiópolis e Campo Mourão, onde residiu. Seu passamento deixa os amigos e a comunidade enlutados, assim como seu genitor, Alfeu Teodoro de Oliveira, desbravador e pioneiro da cidade de Janiópolis.

REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada à família da Senhora Amália Stephane Volpato, pioneira da cidade de Alto Piquiri, pelo seu falecimento ocorrido no dia 09 de maio corrente.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e consignação em Ata, de votos de congratulações ao jurista paranaense RENNÉ ARIEL DOTTI, pela assunção da presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Outra vez o jurista RENNÉ DOTTI é alvo de escolha de caráter nacional, o que significa o reconhecimento pelos seus méritos e pela sua indiscutível qualidade de professor e advogado.

O Doutor Renné Dotti, também Secretário da Cultura do Estado do Paraná, a convite do Ministro da Justiça, recebeu a in-

cumbência de presidir o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do qual é membro efetivo desde a fundação, há oito anos.

Dentro de seis meses, o Doutor Renné Dotti deverá concluir trabalho de revisão das leis mais importantes, na esfera criminal, tendo por base os dispositivos da nova Constituição Federal.

A agilização dos processos e a revisão do arbitramento das fianças têm destaque nesse esquema. Há a necessidade de exame de quais os novos tipos de crimes que devem entrar para o código penal, já que o vigente data de 1940 e, de lá para cá, a sociedade brasileira mudou, de várias formas, em todos os aspectos.

O Conselho é composto de 13 membros, e é presidido por Renné Ariel Dotti, que, aliás é o único representante do Paraná nesse colegiado. Dentre as finalidades do Conselho, aparece a de avaliar os conselhos estaduais congêneres. Com destaque, agora, a tarefa de proceder à revisão em face da nova Carta Magna.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em ata, de votos de congratulações ao empresário Maurício Nasser, pelo lançamento e desenvolvimento da campanha "EU AMO CURITIBA".

A Campanha "EU AMO CURITIBA", lançada, oficialmente no dia 29 de março deste ano, é uma homenagem prestada pelo Consórcio Nasser aos 296 anos da cidade de Curitiba e vai de encontro ao projeto definido pelo Prefeito Arq° Jaime Lerner, de governar a cidade em parceria com a comunidade.

Sendo apenas uma parte de um grande projeto que o Grupo Nasser tenciona colocar em prática, em conjunto com a administração municipal, há ainda a disposição em colaborar nos demais projetos definidos pelo próprio executivo municipal.

Que do teor desta proposição, dê-se ciência ao empresário Maurício Nasser, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente Deputado Anibal Khury, a liberação de recursos financeiros, na impor-

tância de NCz\$ 1.000,00 (um mil cruzados novos) para fazer frente às despesas com a realização do evento.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a realização do "I FORUM DE DEBATES SOBRE SERICICULTURA", no dia 03 de junho de 1989, na cidade de Nova Prata do Iguaçu/Pr, com os patrocínios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Comissão de Agricultura, Bloco Parlamentar Agropecuário, Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu/ Pr, com apoio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB, Emater/Pr e Banco do Estado do Paraná S.A., esses recursos serão utilizados nas despesas com a realização do evento.

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Presidente da EMBRAPA-Doutor Ormuz Freitas Rivaldo, no sentido da mais alta prioridade à solução do problema de transferência do CNPSO às novas instalações.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

Fazendo nossa a reivindicação dos produtores de soja e suas associações, queremos manifestar nossa preocupação com a situação aflitiva pela qual passa o centro nacional de pesquisa de soja, cujas instalações foram inauguradas em 1988, e não foram ocupados até o momento, embora tenham custado à sociedade brasileira mais de US\$ 10 milhões. Além disso, a EMBRAPA vem utilizando área física e pessoal indispensáveis ao Instituto Agrônomo do Paraná, impedindo esta instituição de expressar todo o seu potencial.

Por considerar de relevada importância o proposto, é que trago à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa.

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ALVARO FERNANDES DIAS, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre a situação do Parque Estadual do Marumbi, a saber:

1. Sua implantação foi concretizada?
2. Quantas desapropriações foram feitas na área delimitada do Parque?
3. Quantas foram efetivadas?
4. Quantos não foram ainda pagas?
5. Quantos proprietários requereram

lucro cessante e quantos foram beneficiados e em que valores monetários?

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Ofício ao Presidente da CLASPAR, reivindicando estudos visando a implantação de uma gerência regional deste órgão no município de Campo Mourão, com atendimento extensivo aos demais municípios da microrregião 12, do Estado.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido encontra respaldo no fato de Campo Mourão e região apresentarem atualmente grande volume de carga que necessitam ser aferidas.

Como a região se constitui essencialmente agrícola, acredito possa existir viabilidade para criação de uma Gerência Regional da CLASPAR, valendo ressaltar que a Prefeitura Municipal de Campo Mourão já promoveu a doação do terreno com vistas à construção do prédio para as respectivas instalações do órgão solicitado.

Pelo exposto, solicito apoio e empenho desta Presidência, objetivando solucionar o referido caso.

REQUERIMENTO N° 828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, em regime de urgência, reivindicando a implantação de um Posto de Recebimento de tributos, carnês, assemelhados e outros, no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, devido ao pouco espaço físico que dispõe, agência do Banestado de Campo Mourão encontra sérias dificuldades para atendimento de seus clientes, uma vez que o serviço acumula-se diariamente.

Segundo os próprios dirigentes da agência daquele Município, a implantação de um Posto de Recebimento de Tributos, carnês e outros, viria contribuir para uma distribuição de trabalho, permitindo em consequência um atendimento mais adequado à clientela.

Vale ressaltar que em dias de pico (sexta e segunda-feira), além de véspera de feriado, o movimento intensifica de modo a causar atrasos e descontentamentos.

Retirando-se da agência os pagamentos de água, luz, telefone, aposentados, e outros carnês, as filas seriam diminuídas, contribuindo para a normalidade dos serviços, melhorando o atendimento dos que procuram o Banco.

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte no Município de Nova Tebas, ligando o distrito de Alto São João, Alto Mirante e Pitanga.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A existência de um rio em meio à estrada que liga os referidos distritos tem dificultado o transporte das pessoas residentes naquelas localidades, principalmente em épocas de chuva, quando a estrada fica intransitável em função do aumento do volume de águas. Reivindicação neste sentido foi elaborada pelo Vereador Tomaz Csak e aprovada pela Câmara Municipal de Roncador.

REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a implantação de serviços odontológicos nos minipostos de saúde dos distritos de Sales de Oliveira, Herveira e Bela Vista do Piquiri, no Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Através do Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, Homero Vicente de Paula, recebemos a informação sobre a reivindicação da população dos citados distritos que necessitam de atendimento odontológico através dos mini-postos de saúde. A reivindicação da Prefeitura Municipal é de instalação dos gabinetes dentários por parte da Secretaria de Estado da Saúde, sendo que a contratação de odontólogos será realizada pela Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa.

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública, solicitando cópia de dois inquéritos policiais militares, relacionados com os fatos ocorridos por ocasião da greve dos Professores, no dia 30.08.1988.

O primeiro deles presidido pelo Coronel Busnardo de Mello e o segundo pelo Cel. Kaiut, cuja remessa deverá ser encaminhada no prazo de 10 dias, após o recebimento deste.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Os noticiários dos jornais de hoje, fazem referência a estes fatos e declarações do Senhor Governador de que "no Paraná, enquanto estivermos no Governo, jamais prevalecerá a impunidade".

Tais declarações são feitas sobre as Conclusões do IPM do Cel. Kaiut, mas nada fala sobre o IPM presidido pelo Cel. Busnardo.

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, envio de expediente ao Ministro das Comunicações, ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Diretor Regional dos Correios no Paraná, solicitando imediata reintegração dos 113 demitidos dos Correios no Paraná, que num total desrespeito às leis vigentes do País, demitiu estes funcionários; estando dentre os demitidos, 10 diretores do Sindicato da Categoria, uma mulher grávida, um funcionário em férias e outro com licença médica, por uma simples greve de advertência programada por 24 horas em reivindicação por uma perda salarial acumulada só neste ano, em 73%.

A empresa oferece apenas 18%.

Os demitidos representam cerca de 10% dos funcionários da ECT em Curitiba, agravando ainda mais o já deficiente quadro de funcionários da Empresa (reconhecido pela mesma), que está proibida de contratar novos funcionários pelo Governo Federal, e vê a cada dia ampliar o número de serviços.

Ainda requer, seja dada ciência do presente ao Sindicato da Categoria.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o municí-

pio de Maringá.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares.

2. Secretário de Saúde do Município de Maringá, Doutor Marco Antônio Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o município de São Jorge de Ivaí.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares.

2. Prefeito Municipal de São Jorge do Ivaí, Senhor José Luiz Bovo.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Ivaatuba.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Vanderlei Oliveira Santini.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Iguaraçu.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Izaías Pires Ramos.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município

pio de Floresta.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Manoel Dirce de Miranda.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Doutor Camargo.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Luiz Alberto Jardim Mocchi.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Atalaia.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Ernando Viscouto Peluso.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos, o Município de Astorga.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares

2. Prefeito Municipal, Senhor Francisco Carlos Londero Benetti.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima 1ª Dama do Estado do Paraná, Senhora Débora Dias, solicitando àquela entidade as-

sistencial, o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis para a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAPEJARA.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, na forma regimental, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Congresso Nacional, através das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e Senado Federal, respectivamente, bem como às representações paranaenses naquelas Casas.

Tramita pelo Senado da República, proposição do Senador Ronan Tito (PMDB) que determina o pagamento de seis por cento, a título de "royalties", sobre o faturamento bruto das hidrelétricas para os municípios e Estados diretamente atingidos com a perda de terras ou outras consequências sócio-econômicas geradas pela construção de usinas hidrelétricas.

Recentemente, em Foz do Iguaçu, cidade sede da Binacional Itaipu que, em consequência disso, teve um crescimento estratosférico de tal forma que, em apenas 14 anos, viu sua população crescer de 30 para 230 mil habitantes, inúmeros prefeitos de cidades atingidas pela construção de hidrelétricas, decidiram apoiar a proposta do Senador Ronan Tito.

Segundo essa proposta, seriam pagos, a título de "royalties", 6% do faturamento bruto das hidrelétricas para os municípios e estados diretamente atingidos e para o Departamento Nacional de Águas e Energia.

Esses 6% seriam divididos da seguinte forma: 50% para os municípios, 45% para os Estados e 5% para o DNAE.

O pagamento de "royalties" sobre a produção de energia hidrelétrica é uma determinação constitucional, no entanto, ainda precisa ser regulamentado pela legislação ordinária.

É necessário empenho da representação paranaense no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, a fim de que, aprovando-se o pagamento dos "royalties" aos municípios do nosso Estado, atingidos diretamente pela construção de hidrelétricas, corrija-se uma grave injustiça cometida em pretérito à nossa terra, para produção de energia a outros pontos do País e do exterior, sem que isso se reverta em benefício direto ao Paraná.

Só pagamento legal, pela Constituição Federal, e legítimo pela notoriedade do direito que nosso Estado tem sobre isso, resgataremos uma parte daquilo que foi, irreparavelmente, abarrotado.

A inundação de terras altamente produtivas no sul e sudeste do Estado do Paraná, sem estudo prévio de impacto ambiental; a destruição de Sete Quedas e outros fatores que agiram sobre a ecologia e o meio ambiente; o crescimento desordenado de alguns municípios são reflexos imediatos da construção das hidrelétricas que, apesar de tudo, acham impossível resolver-se apenas com os recursos a serem destinados pela emenda que tramita pelo Senado.

Deve-se aliar, ainda, às consequências, os problemas urbanos, levados às cidades do Paraná no campo da segurança pública, da educação, da saúde e da habitação, além do trabalho, que foram alimentados pela expulsão da mão-de-obra camponesa.

Não é necessário somente o apoio à proposição, é imprescindível uma ampla discussão, a fim de conscientizar os demais senadores da importância fundamental de que a questão é revertida tanto para o Paraná como para as demais regiões brasileiras onde operou-se a construção de tais usinas.

Que dê-se ciência do teor do presente, aos Senhores Senadores paranaenses, Deputados Federais paranaenses, às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como às lideranças partidárias em ambas as Casas.

Salas das Sessões, em 10.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. Álvaro Dias, bem como ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, e ainda ao Ministro dos Transportes Dr. Reinaldo José Tavares, no sentido de se viabilizar os estudos necessários para a efetivação do asfalto na rodovia que liga o distrito do Marquinho até a sede do município de Cantagalo, passando pelas localidades do Cavaco, Invernadinha e Carazinho.

Referida solicitação se faz em função de ser uma antiga reivindicação daquele povo. O distrito de Marquinho dista 60 km da sede do município e trata-se de uma região de grande potencial agrícola, e com o asfaltamento da rodovia que liga esse distrito até a cidade de Laranjeiras do Sul, está ocorrendo uma grande evasão de rendas que pertence ao município de Canta-

galo, que já enfrenta uma enorme dificuldade com seus 1.240 km de estradas municipais, as quais necessitam ser mantidas em condições normais de tráfego, sendo que tal fato se faz em função do município ser essencialmente agrícola.

Por essas e outras tantas razões o povo de Cantagalo merece e precisa da estrada que liga o distrito de Marquinho à sede, totalmente asfaltado.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Presidente do Partido da Frente Liberal, Presidente do Partido Democrático Trabalhista, Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro do Ormeneze, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá, sem sombra de dúvidas, atender os anseios daquela comunidade.

Do presente, requer se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro Água do Cabiúna, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá, sem sombra de dúvidas,

atender os anseios daquela comunidade.

Do presente, requer se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro Água da Jacutinga, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá, sem sombra de dúvidas, atender os anseios daquela comunidade.

Do presente, requer se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro Juca Batista, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá sem sombra de dúvidas atender os anseios daquela comunidade.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento In-

terno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro do Ribeirão dos Índios, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá sem sombra de dúvidas atender os anseios daquela comunidade.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bardeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro Água da Boa Pastora, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá sem sombra de dúvidas atender os anseios daquela comunidade.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bardeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro Água da Perobinha, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá sem sombra de dúvidas

atender os anseios daquela comunidade.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bardeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de se procederem os estudos necessários para a implantação de um Posto de Saúde no bairro da Taboleta, visando o atendimento da população ali residente, visto ser um local onde é habitado por um grande número de agricultores e trabalhadores rurais, e a concretização desse benefício irá sem sombra de dúvidas atender os anseios daquela comunidade.

Do presente requer, se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Bardeirantes.

Sala das Sessões, em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 845

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. Álvaro Dias, ao ilustre Secretário de Estado Dr. Heinz Georg Herwig e ao Ministro dos Transportes Doutor Reinaldo José Tavares, no sentido de viabilizar os estudos necessários para a realização do asfaltamento da rodovia que liga Inácio Martins ao distrito de Guará (desta localidade até a cidade de Guarapuava já é servido pela rodovia federal BR-277) bem como a rodovia que liga Inácio Martins a Irati que é a sede de Comarca à qual pertence o município mencionado.

Referida solicitação se faz em função de que o município de Inácio Martins é o único no Estado do Paraná que não possui ligação asfáltica, apesar de ser o maior produtor de erva-mate e um grande produtor de madeira, além da agricultura e de outras atividades.

Inácio Martins é também terra natal de muitos políticos de renome estadual e nacional, e sua população não pode mais fi-

car esperando tais benefícios lembrando apenas o passado, pois essa gente trabalhadora merece um lugar ao sol, principalmente quando se pensa em revestimento asfáltico em rodovias rurais, conforme estabelece o programa PARANÁ RURAL.

Assim sendo, atendida a presente reivindicação, a situação do município de Inácio Martins e de seu povo, certamente terão conseguido uma de suas mais antigas necessidades e a justiça será realmente efetivada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Presidente do Partido Democrático Trabalhista, Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e Presidente do Partido da Frente Liberal.

Sala das Sessões em 10.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado José Felinto, para saudar nossos ilustres visitantes.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Senhor Presidente, quero registrar, com satisfação a presença neste Plenário do Prefeito de Francisco Beltrão, Senhor Nelson Maurer.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com prazer esta Casa está recebendo aqui o Prefeito de Francisco Beltrão, meu caro Deputado Pedro Tonelli, de quem quero agradecer por não começar pedindo a chamada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Fazem-se representar aqui nesta Casa, os pastores da Assembléia de Deus, líderes de todo o Estado como também da nossa Capital. Também presente o Vereador José Carlos Takayama e os pastores que representam a Convenção da Assembléia de Deus do Estado do Paraná, aonde aqui nesta Casa de Leis pela manhã foi discutido com relação à Constituição Estadual com os pastores da Assembléia de Deus, pastores Evangélicos, não terem ficado acéfalos a esse processo da Constituição Federal, como também da Constituição Estadual.

Não é hábito da nossa Igreja fazer "lobbys", mas esclarecer aos Parlamentares que, depois pela nossa Convenção será enviado a cada Parlamentar com assento nesta Casa, das proposições saídas do seio da Comunidade Evangélica da Assembléia de Deus do Estado do Paraná, que quer contribuir também para o bom andamento da nossa Carta Magna de âmbito estadual.

Contribuir sem aspecto fisiológico, sem interesse cooperativista, mas contri-

buinto através da educação religiosa contribuindo através do que a Igreja tem feito ao longo da sua vida em todos os Estados, em todos os Municípios, porque a nossa Igreja, como tenho dito sempre, apesar de muitas vezes marginalizada por governantes, tem sempre contribuído para com a sociedade, seja com a sociedade paranaense, com a sociedade brasileira, através da recuperação de homens marginalizados, outrora malfetores, reconduzidos através da palavra de Deus, para o seio da sociedade.

Portanto, os pastores que ora se fazem presentes e que nós com a benevolência de Vossa Excelência vamos nos retirar para participarmos no plenarinho de discussões de interesse da nossa comunidade, para que venhamos dar sugestões à Carta Magna do nosso Estado, que por certo haverá de perdurar por muito a nossa Carta Estadual que é a nossa Constituinte Estadual.

Aqui estão os nossos pastores, eu poderia nominar o Pastor Douglas, o Pastor José Sodré, Presidente da nossa Constituição Política, Pastor Daniel Acioli, Pastor José Pereira de Almeida, nosso Pastor de Cascavel, nosso Líder, Pastor Alci Vaz, Pastor Samuel Moreira, Pastor Clodomiro, uma série de pastores, representando, portanto, toda a nossa Comunidade e nossa Convenção Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito de Cianorte, Sr. Rino Guimarães.

A Mesa agradece a presença dos Srs. Pastores da Assembléia de Deus e deseja pleno êxito nas reuniões que estão realizando.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de reviver neste momento, o episódio ocorrido com relação à greve dos professores paranaenses.

(Lê): "A postura adotada pelo Governador Álvaro Dias de determinar o máximo rigor na apuração de responsabilidades no caso das explosões de bombas ocorridas durante a manifestação de professores, em agosto do ano passado, em frente ao Palácio Iguaçu, demonstra não só o propósito do Governo em fazer punir atos de violência como esse, como também reflete sua vocação pessoal pela justiça e correção. Ao chegar ao seu final, o Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado acabou por iniciar três oficiais e um cabo da Polícia Militar na ação que resultou na exploração incompreensível de cinco granadas de efeito moral durante a manifestação dos professores.

Vale lembrar as palavras do próprio

Governador do Estado: "aqui no Paraná, enquanto estivermos no Governo, não prevalecerá a impunidade". Esse verdadeiro desvio da conduta humana revela, e mais uma vez ficou provado, que não cabe no dicionário deste Governo. Quantos inquéritos e investigações tiveram o seu desfecho como este? Raríssimas foram as vezes em que os culpados por atos de violência chegaram aos tribunais da justiça como réus. A realidade paranaense, nesse âmbito, é diferente. A inflexibilidade do Governador Álvaro Dias, desde o início de sua gestão, ficou comprovada quando do surgimento de denúncias de corrupção, violência ou irregularidades dentro da ação administrativa e política do atual Governo.

Devemos render, neste momento, nossa solidariedade aos homens de bem, um produto em falta - devemos reconhecer - também na vida dos gestores públicos. São com demonstrações como esta, do Governador Álvaro Dias, que ajudam a reconhecer a existência de uma nova geração de políticos, compromissados com as reais aspirações populares. Detentores de mandatos para servir a população e não servir-se dela.

Ao buscar o caminho da verdade e pleitear a condenação dos culpados, o Governador Álvaro Dias, no episódio das bombas contra os professores no Centro Cívico, também restabeleceu a correlação de forças, eliminando a impunidade para agressores e agredidos, e passando a sustentar a verdade dos fatos como princípio inabalável. Esta mesma verdade, é bom recordar, que não aparecia na primeira etapa do Inquérito Policial Militar, ainda sob a presidência do coronel PM José Fernando Busnardo de Mello.

Acovardado diante das evidências e com um equivocado senso corporativo, esse coronel procurava conduzir as investigações pelo torpe caminho da impunidade. Sucumbiu, porém, diante da intransigência do Governador Álvaro Dias ao determinar que o Inquérito fosse conclusivo até as últimas consequências. Ao coronel Busnardo de Mello coube, diante de sua conduta, a destituição da presidência do IPM, a decretação de sua prisão e posterior denúncia, praticadas pela própria Polícia Militar.

Louve-se aqui, a postura do Coronel Antônio Adauto Pereira Kaiut ao dar prosseguimento, com lisura e firmeza, aos autos que já estão na Auditoria da Justiça Militar para julgamento.

Devemos esperar, por fim, que a condução do IPM aqui realizado possa servir de exemplo de prática para o restante do País. Que se consiga, por exemplo, um desfecho para o caso Rio-Centro e ao brutal atentado contra o memorial dos trabalhadores erguido em Volta Redonda. A posição do Governador Álvaro Dias, quanto ao IPM das

bombas, é acima de tudo tranquilizadora. Afinal, os paranaenses sabem, que pelo menos em nosso Estado, a impunidade não vai prevalecer por respeito à nova ordem que se implantou no Governo: MORALIDADE COMO DITAME BÁSICO DE SUAS AÇÕES."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu ocupo a tribuna para fazer uma avaliação, uma análise do evento de 30 de outubro de 1988. Tumulto, um incidente levado a efeito aqui no Centro Cívico, entre os Professores e a Polícia Militar. Ouvi atentamente a posição tomada pelo Governo, sustentada na tribuna pelo Deputado Manfrinato. Nesta tribuna, quando ocorreu aqueles episódios, nós já analisávamos e avaliávamos chamando à responsabilidade, porque já prevíamos, por antecipação, o que realmente estava por acontecer. Naquela oportunidade, dizíamos, chamávamos a atenção do Secretário da Segurança, como principal responsável pela tomada omissa de uma posição. Assistia à distância, olhava o tumulto tomando vulto e nenhuma providência ele manifestava junto com o Coronel Comandante Geral da Polícia Militar. O Governo, consultado, havia mandado para a tropa, inclusive para o Secretário e se necessário fosse, agisse com determinado rigor, porquanto a manutenção da ordem deveria e teria que ser mantida a qualquer custo. E as coisas aconteceram. Aconteceram porque o Secretário da Segurança não tomou nenhuma providência, nem muito menos o Comandante que, segundo alguns "flashes" tirados pela TV, mostrava alguns até com sorrisos estampados nos olhos e nos lábios.

Vejam vocês companheiros: as coisas aconteceram e como nós adredemente já imaginávamos, o relatório e o parecer já estava sendo encaminhado e já estava sendo feito. Não poderia inegavelmente a responsabilidade ser atribuída ao soldado, como realmente foi. Nada absolutamente se houve que não fosse o excesso, a omissão de quem a rigor deveria ter tomado.

Fazer comparações com a bomba do Rio-Centro é totalmente inoportuno, inadequado ao momento que nós vivemos e estamos vivendo. Aquela situação ocorreu de forma sub-reptícia, claudicante, subterrânea. Esta ocorria de uma forma ostensiva aos olhos de todo o mundo.

Tudo isto poderia ter sido evitado, se o Governador atentasse para aquele encontro, para aquele enterdimento da Comissão de Professores. Não houve nenhum momento. O Governador pagou para ver. As coisas to-

maram vulto, foi acontecendo, evoluiu e chegou àquele estado de coisas, e aí o relatório, o relatório encomendado, preparado para tirar de cima do Governo, tirar de cima da Secretária da Segurança, a responsabilidade que era gritante. De sorte que, companheiros, venho a esta tribuna para contestar o que os jornais de hoje declaram.

É lamentável que um soldado, no cumprimento do dever, tenha sido atribuído como o principal responsável. O responsável foi o Secretário da Segurança, que não tomou o devido respeito, a autoridade competente para manter a ordem no devido lugar. Teve o tempo necessário e não o fez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encontra-se presente a este Plenário, o Prefeito Municipal de Piên, Sr. Laércio Bueno dos Santos.

A Mesa agradece a visita.

Está com a palavra, o Sr. Deputado Valderi Vilela.

(Declina).

Está com a palavra, o Sr. Deputado Ne-reu Massignan.

(Declina).

Está com a palavra o Sr. Deputado Ed-mar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê): "A criação do Parque Nacional do Superagui, que visa a proteção de grande parte do litoral norte paranaense, é uma das mais importantes decisões do Governo Federal, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, para a proteção ambiental no Estado.

Resta pouco mais de cinco por cento da floresta nativa do Paraná e justamente o Parque se localiza, em grande parte, no litoral e na Serra do Mar, por isso, medidas como esta devem ser destacadas.

Mas a criação de mais um Parque nos faz relembrar as ameaças constantes sobre a mata nativa e sobretudo às áreas preservadas, pelo menos por decretos.

Recorde-se que o Parque Nacional de Sete Quedas, no Rio Paraná foi extinto por Decreto Presidencial antes de submergir sob as águas do Lago de Itaipu.

No Rio Parapanema algumas reservas remanescentes da exuberante floresta do norte paranaense foram destruídas pelas usinas paulistas.

O projeto da ELETROSUL, da Hidrelétrica de Capanema, prevê a destruição de quase dez por cento do Parque Nacional do Iguaçu. Apesar da ELETROSUL silenciar sobre aquela usina, a obra consta em todos os cronogramas sobre aproveitamento energético do Governo Federal.

Por isso quando se anuncia a criação de mais um Parque Nacional no Paraná, é preciso ficar atento para que não se trate de mais uma medida que poderá não alcançar o objetivo de preservar o meio ambiente já tão degradado.

Senhor Presidente:

Neste quadro nada promissor sobre questões ambientais, é preciso saber como está a situação do Parque Estadual do Marumbi, provavelmente do ex-Parque Estadual do Marumbi.

A luta pela preservação da mata Atlântica na Serra do Mar, começou a quase meio século, quando cientistas e professores paranaenses, entre eles Reinhard Maack, alertaram para a necessidade da criação do Parque Marumbi. Não se tratava apenas de uma vontade de ecologistas, mas sobretudo para evitar problemas sérios para a região da Serra do Mar e notadamente para o Porto de Paranaguá.

Finalmente, na década de 1970, no início do Governo Geisel, ou mais precisamente, entre os últimos decretos assinados pelo ex-Presidente, foi criado o Parque Nacional do Marumbi. O fato foi destacado pelos jornais da época, entre eles o "Estado de São Paulo".

O Parque foi um blefe. O Decreto, até hoje, não foi publicado em Diário Oficial. E portanto, a decisão presidencial, que atendia as reivindicações da comunidade paranaense, não foi obedecida. Os fatos que resultaram no arquivamento de um decreto presidencial não foram ainda revelados.

A pressão para a criação do Marumbi continuou e finalmente - sem a amplitude de uma reserva nacional - foi criado o Parque Estadual. O Decreto estabelecia um prazo de cinco anos para que fosse implantado e muitas desapropriações foram anunciadas.

Passado este prazo, o Governo não fala mais na existência do Parque Estadual do Marumbi, apesar de constar ainda do mapa, mas numa "área de preservação para fins de interesses turísticos".

Sabemos, e destacamos o fato de que muitos órgãos do governo têm se preocupado com as questões ambientais, notadamente o ITCF e a SUREHMA, e que estão sendo pleiteados recursos do Banco Mundial para a Mata Atlântica.

Mas é preciso que os fatos se esclareçam para saber a real situação do que está havendo com o Parque ou ex-Parque Estadual do Marumbi, pois se tais fatos continuarem ocorrendo será lamentável mas de nada adiantará se festejar a criação de novas reservas florestais pois terão um futuro incerto.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Diante de tais fatos, e principalmente

com o objetivo de contribuir para a preservação do que resta da mata nativa no Paraná, é que pedimos que esta Casa envie ao Senhor Governador um pedido de informações sobre o Parque Estadual do Marumbi, constante de um requerimento que será submetido à apreciação do Plenário desta Casa".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente tem a palavra a Deputada Ironi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras Deputadas. (Lê):

"Embora a instituição do "Dia das Mães" tenha na sua origem inspirações comerciais, a cada ano esta data torna-se momento também para que as mulheres brasileiras reflitam sobre sua condição e busquem caminhos para a sua emancipação social.

Esta data tem significado especial este ano: está se produzindo o texto constitucional, que direta ou indiretamente diz respeito à maternidade. Na função de mãe, de trabalhadora, de servidora pública, de esposa ou companheira, na condição de cidadã, cabe analisar a situação da mulher paranaense.

"Rainhas do Lar", "mantenedoras da paz familiar e responsáveis pela sua união", estas classificações dadas à Mãe nos dias atuais soam ironicamente. Os castelos viraram coisas do passado, e sempre serviram a muito poucas mulheres; os príncipes tornaram-se raros, e já não correspondem mais às expectativas da nova mulher; a paz familiar há muito foi desalojada pela crise, em forma de insegurança e miséria de prostituição e marginalidade.

É preciso que se defina quem é mãe nos dias de hoje: cerca de 38% delas saem todos os dias ao amanhecer para realizar uma de suas jornadas de trabalho. O retorno ao lar significará empunhar outra jornada, onde as vassouras, baldes, tanques de roupas, panelas, fogões e filhos estarão à espera. São trabalhadoras espalhadas por todos os ramos de atividades, particularmente entre os que pior remuneram. Elas têm hoje em média dois filhos, a metade de vinte anos atrás, fruto da urbanização da população, do acesso ao mercado de trabalho, do aumento da escolaridade e do conhecimento dos métodos contraceptivos. Uma enorme parcela já está esterilizada pela política controlista da natalidade que os Governos Brasileiros implementaram nas duas últimas décadas, através de acordos com entidades internacionais, a mando do FMI. Entre as mulheres com filhos 10% delas estará respondendo sozinha pela cria-

ção dos filhos, assumindo o papel de chefe de família.

Ao contrário do que antes, no entanto, elas são hoje a maioria dos que se matriculam na universidade, embora ainda sejam as mais analfabetas. É que também no Paraná os programas de alfabetização de adultos ainda não atingem enormes parcelas da população.

Esta mãe, pintada nos cartazes de rua, veiculada na televisão, tratada com o "carinho" nem sempre confiável de quem a vê como "A consumista", ainda vive o conflito de querer mudar a sua condição, suas relações com o mundo do trabalho, do saber, da arte e do direito, mas encontra as barreiras sociais que lhe impõem milênios de cultura predominantemente masculina, numa sociedade de classes em que a maioria trabalha para manter uma escassa elite dominante. A mulher brasileira, a paranaense, é a metade desta maioria explorada cotidianamente nas fábricas, nas lojas, nas fazendas, escritórios e dentro do próprio lar.

Para integrar o texto da nova constituição paranaense, cerca de 40 entidades compuseram o fórum paranaense pelos direitos da mulher na Constituição Estadual. Nenhum setor da sociedade do nosso Estado conseguiu aglutinar tantas organizações e unificar-se em torno de uma plataforma progressista. Do texto proposto pelo fórum, podemos dizer com a consciência limpa, de que toda a essência foi absorvida pelo relatório elaborada pelo Deputado Haroldo Ferreira, da Comissão da Ordem Econômica e Social, e que ora se discute. São sem dúvida, muitas as propostas feitas pelas mulheres paranaenses. Abordam do direito à creche à livre opção pela maternidade. Mas, qual a sua essência?

Mais de cem anos de lutas das mulheres no Brasil desembocaram entre 1986 a 1988, na Assembleia Nacional Constituinte. Não foram esquecidas ao assegurar direitos na Constituição Federal, às figuras de Bertha Lutz, de Carlota Pereira de Queiroz, ou mesmo de Chiquinha Gonzaga. Mulheres, Deputadas, Constituintes, Artistas e Mães, que pela história do Brasil foram deixando seus legados.

Para assegurarmos nossos direitos na Carta Magna, buscamos em todo o Brasil milhares de assinaturas, realizamos centenas de debates, mobilizamos milhares de mulheres, mostramos por todos os meios que era necessário vencer o atraso, e que a lei cumpriria em nosso País dois papéis essenciais: o do reconhecimento de um tempo novo, de mulheres novas, e do arauto de mudanças que indubitavelmente teriam contra si aqueles que durante os milênios tentaram e tentam inviabilizar um produto social em que e mulheres se relacionam com

igualdade, solidariedade e respeito.

Conquistamos na Carta Magna o direito à creche para nossos filhos; à saúde integral, contemplando o planejamento familiar; do combate à violência doméstica e sexual; da igualdade no casamento e perante os filhos; da paridade no trabalho;

Mas que triste constatação a nossa hoje! Estão apenas na Lei estes direitos ... A mulher brasileira continua longe dos seus direitos.

Em nome da crise, negam as creches para os nossos filhos, o sistema de saúde sequer garante o atendimento primário à população e ao invés de ampliarem-se as medidas, fecha-se postos de saúde, demite-se pessoal, retira-se os recursos o planejamento familiar ainda é um problema a ser tratado ora na esfera individual, ora por medidas impositivas, controlistas, e nunca por interesse da mulher, mas dos banqueiros e do FMI que impõem ao Brasil a situação de dependência absoluta; a violência contra a mulher está estampada em todas as manchetes, pois não bastam as delegacias. Enquanto houver um brasileiro desempregado, doentes mentais não tratados, e se veicularem as imagens da mulher subalterna, a violência persistirá. A igualdade perante o casamento e os filhos, na vida, também não se obtém por decreto. Define-se, sobretudo, por aquilo que é o principal para a emancipação econômica, social e política da mulher: o trabalho.

Vivemos hoje uma situação paradoxal: a crise, a recessão começa a manifestar-se de forma nova e diferenciada. É do conhecimento amplo que as crises do capitalismo desempregaram sempre a mulher. Mas hoje, é tal a situação do arrocho, do rebaixamento salarial e da superexploração para a obtenção de uma valia maior, que as mulheres são as primeiras a serem chamadas hoje ao mercado. Mas em que condições, Senhores Deputados Senhoras Deputadas? Com salários ainda mais baixos do que do restante dos trabalhadores, sem a oferta de infra-estrutura e a exigência de idade superior a 30 anos, que tenha pelo menos dois filhos, ou que absurdo que tenha realizado a laqueadura das trompas são novas exigências do empresariado, diante da crise que eles duramente, muito tempo se aproveitaram.

É portanto, hoje, negado à maioria das mulheres aquilo que é a forma mais segura e eficaz para a sua emancipação, o direito ao trabalho. A licença maternidade de 120 dias é tratada como um excesso, um liberalismo dos constituintes federais; a maternidade, portanto, como um abuso das mulheres. "Daqui para frente vão fazer um filho por ano", afirmam os empresários, tão distanciados da realidade que sequer passa pela sua cabeça o significado ou o esforço para reprodução e a manutenção de um novo

ser humano, nas condições atuais de existência.

A União Brasileira de Mulheres, entidade que integro, está lançando este mês, em todo o País, a campanha pelo direito ao trabalho, denominada "pelo direito da mãe trabalhadora". A UBM destaca do conjunto das reivindicações femininas, esta que é essencial, que influi decisivamente para definição de todas as outras. Porque o respeito à mulher, principalmente na esfera doméstica, começa quando a mulher passa a garantir o próprio sustento, pode assegurar a própria sobrevivência e colaborar em condições de igualdade com seu companheiro, que até então a via como apêndice, dependente e tutelada. Ganha também a mulher a compreensão de uma nova dimensão de mundo, entra-muros, extra-lar. Passa a ver a vida como um sistema mais complexo, começa a perceber sua identidade com outras mulheres e outros homens, e, como o operário em construção, apreende nova dimensão da sociedade.

A essência, pois, do texto que passamos à discussão e aprovação da Constituinte Estadual, embasa-se no direito da mulher ao trabalho, à educação, à cultura, à saúde, à integridade física e moral, à igualdade de oportunidades no trabalho, seja ele na esfera privada ou no serviço público. Embasa-se na denúncia de que hoje, a maternidade é tratada, quando significa demandas sociais públicas, como um crime. Quando de demandas sociais junto à iniciativa privada, como "um abuso", uma "atitude intolerante", uma "ousadia", para a qual a resposta é a demissão, a recusa de oferta de trabalho, a omissão diante da reivindicação, a exigência do fim da possibilidade de tornar-se mãe de novo.

A rainha do lar caiu de moda mesmo ... Hoje povoa seu mundo a mortalidade materna, a morte por aborto clandestino os maiores índices do mundo - o desprezo aos seus filhos, sem nenhuma infra-estrutura social para acolhê-los. Da "Deusa" da mitologia, que significava a "fertilidade", o "poder", vem surgindo também uma nova mulher. Esta, está disposta a varrer do mundo a opressão, em busca da igualdade. Não aceita mais os desmandos governamentais, e está ansiosa para dizer um basta a Sarney nas urnas. No campo e na cidade, lá, na luta pela reforma agrária e contra a violência, aqui na cidade, juntando-se aos seus companheiros de vida e trabalho em jornadas de luta que exigem melhores salários, o fim da exploração e a liberdade de greve. Começam a perceber a necessidade de dar o grito da independência em nome do Brasil subjugado ao imperialismo. Busca, nesta luta, a construção de um novo patamar de participação, no qual varrerá toda a ironia e escárnio em torno de seu

nome e seu papel, em que dizer-se "Mãe" será motivo de orgulho e de reconhecimento perante a sociedade, em que dizer-se trabalhadora soará com naturalidade, em que dizer-se cidadã significará o exercício de uma função comum a todos na sociedade.

Por isto peço as suas atenções, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas para os debates sobre o capítulo da mulher na Constituinte Estadual. Sem dúvida será a oportunidade de medirmos nosso compromisso real com as Mães paranaenses".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No horário das lideranças consulto à liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Haverio declinado, concedo a palavra ao PSDB.

Com a palavra Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Decorrido já alguns meses daqueles fatos relacionados com a greve dos professores e a respectiva agressão com bombas e outros artefatos, vem o Governador hoje em manchetes de todos os jornais louvar-se em campeão contra a impunidade.

Diz o Governador: "Aqui no Paraná enquanto estivermos no governo jamais prevalecerá a impunidade".

Pois bem, puna-se o Governador. O único responsável pelas agressões. O homem que na época se negou ao diálogo e eu naquela tribuna dizia que era favorável à abertura do diálogo que é a maneira de se desarmar os espíritos. Reafirmava num almoço com o Senhor Governador, e naquela época ele dizia que a proposta era própria dos governos fracos e covardes.

Vem agora o Governador ressuscitar esse episódio e colocar todos os policiais em situação de indignidade.

Arrumaram um bode expiatório. Um oficial, um cabo, um soldado e o Governador se preserva dizendo: "Aqui no Paraná enquanto estivermos no governo jamais prevalecerá a impunidade".

O Estado do Paraná diz declarações do Senhor Governador: "É a primeira vez que responsabilidades são apuradas em acontecimentos deste porte", citando casos como do Rio Centro ou a explosão do monumento aos operários em Volta Redonda, ele afirmou que o Paraná quer ser a exceção.

Ora, o Governador compara isso com atentado ao Rio-Centro, com monumento aos operários de Volta Redonda.

Considera então que aquele fato foi um atentado terrorista e como tal esses PMs não terão direito à prescrição. Serão punidos eternamente. E aquele inquérito anterior, Senhor Presidente, Senhores Depu-

tados em que aquele coronel Busnardo concluía que a responsabilidade era do Secretário da Segurança Pública, aí o Governador destitui o Coronel e nomeia outro, para chegar a esta nefasta conclusão.

No meu entendimento, de simples advogado do interior, esta conclusão os absolve, porque na dúvida não se pode condenar ninguém, muito menos pela imprensa, fazer disso mais um discurso, engajado nesta pseudo moralização que está penetrando em todos os recantos deste País, como se caça marajás, discurso de moralização, discurso de impunidade fosse a salvação deste País! E enquanto se faz este discurso vazio, que impressiona a classe média, os pobres e os desamparados, não se faz o discurso da dívida externa, não se fala no déficit público, não se olha para estes desamparados e esta miséria que está neste País.

O sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevi num aparte a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu concedo o aparte.

O Dr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço, ilustre Deputado.

Eu só gostaria de refrescar a memória de Vossa Excelência, quando o Governador determina que apura os fatos, a veracidade dos fatos, com relação às bombas, Vossa Excelência vem à tribuna hoje, condenar o Governador, por este ato.

Quando Vossa Excelência fazia parte da nossa Bancada do PMDB, eu me lembro muito bem, que Vossa Excelência ocupou esta tribuna aqui, deste lado, e acusou o então e atual comandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel Vantuil Borges, porque não tomou providências com relação a um soldado que Vossa Excelência queria tirar no Município que tinha representação...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E eu mantenho a acusação, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência leu aqui, inclusive, as acusações. Então eu fico até em dúvida quanto ao pensamento de Vossa Excelência.

Se o Governador toma esta atitude de mandar abrir este inquérito policial-militar ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Qual inquérito, Deputado, o primeiro ou o segundo, são dois!

O Sr. Dirceu Manfrinato - O seu inquérito, foi uma denúncia da tribuna.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - São dois inquéritos, nobre Deputado!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ou Vossa Excelência requereu um inquérito contra o soldado da sua região, se Vossa Excelência requereu eu desconheço isso, eu ouvi a denúncia de Vossa Excelência aqui na tribuna.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nós estamos falando do inquérito em relação aos professores, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas, eu estou falando sobre isso, eu acabei de me pronunciar, na tribuna, com relação à posição e à postura do Sr. Governador Álvaro Dias. Agora, só gostaria de dizer, nobre Deputado, ao encerrar o meu aparte, que se o Governo não tomasse providências Vossa Excelência estaria questionando da mesma forma. Como o Governo tomou providências, Vossa Excelência ainda vem criticar o Governo! Quer dizer, é uma situação difícil de nós entendermos, o seu posicionamento na Assembléia Legislativa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A minha crítica é em relação às conclusões e o espalhamento que se faz disso, é a procura do bode expiatório! Porque, na verdade, na verdade, existia já uma conclusão anterior, havia uma conclusão em que o Secretário da Segurança era o responsável! Afinal de contas, quem governa este Estado? É o cabo? O soldado? Não tem Secretário da Segurança Pública? Não tem Comandante da Polícia Militar? Afinal onde está a autoridade neste Estado? Afinal de contas o Governador tem o dever de preservar as instituições, neste Paraná! E assumir as responsabilidades quando elas são necessárias!

Para encerrar, Senhor Presidente, mais um minuto.

E, nesse caso o Senhor Governador não pode fazer o que está fazendo, esta humilhação a uma instituição militar. Não estou aqui defendendo os militares, estou defendendo uma investigação séria que se fizesse disso. Mas, quando a conclusão foi de que o Secretário da Segurança, pelo próprio exercício das suas funções foi responsável ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência está botando em dúvida a Comissão que foi determinada? Vossa Excelência está botando em dúvida as pessoas que fazem parte da Comissão, não são pessoas íntegras e sérias?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência não me respondeu, qual é o inquérito, o primeiro ou o segundo? O primeiro que responsabilizava o Secretário Noronha, ou este?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência não respondeu, considera pessoas sérias.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... Respondendo a Vossa Excelência. São dois inquéritos, Senhor Presidente, peço que me assegure a palavra para formalizar um requerimento final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa solicita aos Senhores Deputados que não aparteiem o orador que está se negando a dar apartes em vista da exiguidade do tempo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vou encaminhar, formalizar por escrito um requerimento, a ser discutido nesta Assembléia e possivelmente aprovado, no sentido de que seja encaminhado a esta Casa cópias dos dois inquéritos policiais-militares. Aquele que foi colocado na gaveta para atender os interesses do Governo e esse outro que hoje está estampado nos jornais fazendo exaltação dessa campanha mentirosa e dizer que aqui o Paraná é o campeão da impunidade. Será campeão da impunidade quando o Governador assumir a sua responsabilidade, aí sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio, do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho também à tribuna, indignado e ao mesmo tempo até revoltado com o estado de coisas que se pratica no Paraná. O Governo quer reverter a situação, quer agora pouso de bonzinho quando na verdade foi ele o único responsável pela situação do que ocorreu no fatídico dia 30 de agosto, aqui em frente a esta Casa, e nós fomos testemunhas do que aconteceu.

Vem o Governador do Estado e vem o Deputado Manfrinato falar que o Governo dá o exemplo de tática, Deus queira que os demais governos não adotem esta tática de primeiro deixar acontecer a situação para depois usar a tática de mandar a polícia bater, espancar, e jogar bomba em cima de professores, de alunos e de pais e até de parlamentares.

Venho à tribuna Senhor Presidente, e eu recorro aqui um pronunciamento meu feito nesta tribuna, no dia 11 de setembro, alguns dias após o triste dia dos acontecimentos. Quer dizer agora, tenta-se achar na figura de um pobre policial, que está cumprindo com os seus deveres, de que ele

foi quem entrou no almoxarifado, foi ele quem pegou a bomba, foi ele quem fez lá a guia para dar baixa naquela bomba, Deputado, Coronel Raul Vitor Lopes, que sabe que nenhuma arma sai do quartel da polícia Militar, sem que haja autorização de um superior.

E eu dizia aqui que queria se achar um soldado o culpado, para ter entrado no almoxarifado, pegar a bomba, trazer para o campo de batalha e para atirar em cima dos professores.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, dia 25 de julho de 1988 a funcionária Lourdes, do Palácio Iguazu recebeu um protocolo, ofício n° 234/88, da Associação dos Professores do Estado do Paraná, e eu tenho aqui este protocolo para mostrar.

Naquele expediente a APP fazia diversas considerações sobre as dificuldades que enfrentava o magistério paranaense, quanto à questão de trabalho, dentre as quais a questão salarial também. E advertia, na oportunidade, vejam bem os Senhores Deputados, em 25 de julho de 1988, a professora Isolde Andreatta, presidente da APP, que no dia 5 de agosto seria realizada uma assembléia estadual geral dos professores, e nesse dia inevitavelmente seria deflagrada uma paralisação geral por tempo indeterminado.

E no parágrafo adiante a APP deixa expresso, convite ao Secretário de Estado da época, professor Belmiro Castor, para participar das negociações.

E completava o ofício dizendo: o movimento tem data marcada para o seu início e deverá acontecer. Não vemos, no momento, outra alternativa ou expectativa proporcionada pelo Governo.

Passaram-se os onze dias de prazo oficial já que a Secretaria de Educação sempre teve conhecimento, como todo o Governo, dos baixos salários pagos aos professores paranaenses e o Governo, pasmem Senhores, alegou haver perdido o ofício n° 234/88, e as negociações não aconteceram e a greve aconteceu.

O jornal "Folha de Londrina" estampou em manchete em 10 de setembro de 81, entrevista do então jovem Deputado Álvaro Dias, da oposição da época, "a greve trará resultados com a participação de todos".

E há pouco menos de oito anos depois, o mesmo jornal "Folha de Londrina", bem como os demais jornais do Estado e do País anunciavam atos de repressão no Governo do Estado do Paraná. Autoritarismo, violência, crueldade nos jardins aqui do Palácio Iguazu, e no dia 30 de agosto aconteceu o inevitável, inevitável por culpa, pela falta do diálogo do Governo do Estado, porque tentativa por parte dos professores aconteceu e até por uma comissão de Deputados tirados aqui desta Casa.

A Polícia Militar paranaense dá uma aula prática atacando a greve dos Professores em Curitiba, a revista "Veja" também fez uma extensa matéria sobre o assunto, dizendo dos problemas criados pelo Governo dos Estado do Paraná. Eu poderia aqui dissertar uma seqüência de fatos de tudo o que aconteceu, por culpa única e exclusiva da falta de diálogo e nós cobramos desta tribuna e até mesmo Parlamentares do Partido do Governo se posicionaram na época, favoráveis a um diálogo e esse diálogo não aconteceu e chegou-se ao extremo da violência praticada pelo policial, mas com o comando de alguém, o policial, o policiamento não veio aqui para a frente do Palácio por sua livre e espontânea vontade, veio por uma autorização, quer seja do Secretário da Segurança, do Secretário da Educação ou do Governo do Estado. Eu dizia aqui no dia 11 de setembro, vai aparecer um infeliz de um soldado para assumir esta responsabilidade, está cheio de razão o Deputado Nereu Massignan. Fizem o primeiro processo, não valeu; e neste primeiro processo, Senhores Deputados, o Deputado Algaci Túlio não foi convidado para depor, no segundo processo sim, na semana passada eu lá estive, fiz um relato de seis laudas, dizendo que se ocorrer os culpados da tragédia, os culpados foram, primeiro: o Secretário da Segurança Pública, o comandante da operação militar que se deixou levar pelas informações vindas do Palácio Iguazu e principalmente culpa o Governo do Estado, que agora vem aqui querer pousar de bonzinho, querer reverter uma situação que ele próprio criou. Fica aqui o repúdio da bancada do PDT.

Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, o nosso propósito não é o de responder ou polemizar o que disse o Deputado Haroldo Ferreira desta tribuna, mas esclarecer fatos que dizem respeito a Francisco Beltrão. Desejamos oferecer a Vossa Excelência o teor de documentos assinados por autoridades de Francisco Beltrão, documento esses que podem ajudar a entender as razões dos Vereadores daquele Município que entenderam justo e oportuno aprovar voto de repúdio ao colega Haroldo Ferreira.

O ilustre Deputado pronunciou dia 12 de abril nesta tribuna, um discurso no qual deixou entrever que o atual Prefeito de Francisco Beltrão teria alguma partici-

pação no acobertamento de marginais naquele Município, tanto assim que argumentou e desta vez claramente, que advertiu durante a campanha eleitoral, que caso eleito o candidato do PDS, PFL, Senhor Nelson Meuri, retornaria ao Município aquela situação de caos, insegurança e amedrontamento. Ora, Senhores Deputados, dizer que a eleição de Nelson Meuri à Prefeitura de Francisco Beltrão, faria retornar a situação descrita, desesperadora, foi o mesmo que dizer que o caos, a insegurança e o amedrontamento foi o mesmo, campearam o meu mandato de Prefeito de Francisco Beltrão, no período de 77 a 82.

O que está muito colocado no tempo, o que prova os documentos que passaremos a ler, que recebemos do Senhor Prefeito de Francisco Beltrão, datado de 18 de abril e que nós não gostaríamos de trazer ao conhecimento deste Plenário, por tratar-se de questão doméstica, de questões políticas e que diz respeito ao nosso Município, mas, por um passar a este Deputado, por concordar com essas declarações do Deputado Haroldo Ferreira, que infelizmente não está no Plenário, passamos a ler, trazer ao conhecimento deste Plenário, a correspondência a nós dirigida pelo ilustre Prefeito, nosso companheiro de Francisco Beltrão, e que se encontra na tribuna desta Casa. Diz o prefeito:

Lê):

"Assumimos a chefia do Poder Executivo de Francisco Beltrão em 1º de janeiro do corrente ano, com a intenção de reencontrar o progresso, sem revanchismo e demagogia.

Esquecemos as diferenças político-partidárias, não mais falando em vencidos e vencedores, mas sim convocando toda a população para nos auxiliar na caminhada de desenvolvimento e tranquilidade do município.

Realizar uma administração sem paternalismo e com grandes realizações foi o nosso compromisso.

Árduo foi o início. Defrontamo-nos com um parque de máquinas em estado precário, com quase a totalidade dos equipamentos necessitando reformas. Encontramos inúmeras obras inacabadas, algumas já em fase de deterioração causada pelas intempéries.

O patrimônio público encontrava-se em estado calamitoso, devido a operação desmonte executada pelo nosso antecessor. A dívida anunciada pela imprensa era bem inferior à constante no balanço geral.

Mas, foi no setor de segurança pública que o Município apresentava um quadro desolador, de total abandono, sendo o município considerado o paraíso dos marginais.

Tinha na Delegacia de Polícia um delegado cansado e totalmente desprestigiado. Sem delegado adjunto, sem agentes, sem

carcereiro, com viaturas em estado precário. A Delegacia encontrava-se totalmente inoperante.

A ação de marginais, formação de gangues de menores, assaltos, arrombamentos, roubos de automóveis, tóxicos, faziam parte integrante da rotina de nossa cidade e o desespero da população aumentava ainda mais ao ver a vulnerabilidade da Polícia.

Ao tomarmos posse, imediatamente convocamos o Conselho Comunitário de Segurança e, através de telex comunicamos os fatos ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública - Dr. Antônio Lopes de Noronha, que ao verificar a real situação da segurança no Município, determinou imediatamente medidas necessárias para pôr um ponto final no que vinha ocorrendo.

Determinou a transferência do Delegado titular, designando um novo Delegado, juntamente com um Delegado Adjunto, aumentando o número de agentes e preenchendo as vagas existentes na Delegacia de Polícia de Francisco Beltrão.

Iniciava-se o mês de fevereiro com um trabalho intenso e os efeitos positivos começaram a ser sentidos imediatamente.

Estranhamente, a segurança policial do Município e o Poder Judiciário sofreram, recentemente, duras críticas por parte do Deputado Haroldo Ferreira, através de pronunciamento em Plenário da Assembléia Legislativa.

Na realidade, após verificar os livros de ocorrências policiais, nunca o município viveu momentos tão calmos como está vivendo agora.

O trabalho conjunto dos Delegados e o Comando da Polícia Militar, e a pronta ação do Poder Judiciário, tem merecido elogios da comunidade e de todos os setores da sociedade.

Ressaltamos também o pronto atendimento por parte do Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança, que providenciou as lotações de pessoal junto à Delegacia. Hoje a cadeia pública triplicou o número de detentos, diminuindo consideravelmente o número de ocorrências.

Por isso, julgamos a atitude do ilustre Deputado impropriedade nesta data. Seria procedente se tivesse ocorrido em dezembro passado.

Isso demonstra falta de conhecimento do dia-a-dia da região, que o nobre Deputado diz representar e que ao invés de contribuir para sua melhoria, apenas vem denegrindo o trabalho dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública".

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados, um dever não só de consciência, mas de amizade que nos une ao Prefeito Municipal e também fazendo aqui o apelo aos Senhores Deputados, dizendo que realmente Francisco Beltrão hoje vive dias

de tranqüilidade.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)

Apenas pediu-me o Deputado Haroldo Ferreira que informasse a esta Casa, que estando ausente hoje da sessão, não poderá responder ao ilustre Deputado João Arruda, mas que voltará ao assunto, trazendo novos dados, na sessão da próxima semana quando dará a resposta devida às ponderações e às acusações aqui feitas pelo Deputado João Arruda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Nós só queremos reconfirmar, com relação ao discurso do Deputado João Arruda o que se refere ao Senhor Secretário da Segurança Pública. Nós sentimos no discurso do ilustre Deputado, que o Secretário tomou medida séria, agiu devidamente conforme solicitação.

Então, nós queremos registrar também esse posicionamento do Senhor Secretário da Segurança, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PDC, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTN, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes prestigiando a sessão desta quarta-feira.

Quero inicialmente fazer minhas as palavras proferidas nesta tribuna, por aqueles que me antecederam, principalmente com destaque o Deputado Algaci Túlio, ao Deputado Nereu Carlos Massignan, pois a bem da verdade, nós não poderíamos aceitar o que está estampado nos meios de comunicação de massa neste Estado e sancionadas pelo representante do PMDB, que ocupou a tribuna nesta tarde, afirmando categoricamente que no Paraná não continuará viva a impunidade.

Digo Senhor Presidente, Senhores Deputados, a única exceção que existe no Paraná, com relação aos demais estados é que aqui os demagogos fazem demagogia e nem trocam de cor.

Quem não acompanhou, Senhor Presiden-

te, a greve dos professores do ano passado. Nós Deputados, os funcionários públicos, os professores a imprensa não acredita na demagogia barata proferida na tarde de ontem e publicada hoje a todo o Paraná, de que aqui no Paraná não existe impunidade, porque se não existisse impunidade aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Secretário da Segurança, o Senhor Governador do Estado já seriam responsabilizados por atos de violência e de terrorismo, que não só na greve dos professores, mas nos despejos dos sem-terra, no tratamento às greves, estão dando exemplos de atos de violência e atos de impunidade, que desacatam a qualquer cidadão neste Estado.

Incriminar agora os policiais, dizer que os policiais que não têm poder de comando, os policiais que não decidem nada por si, eles agora é que são os culpados. Isso é maquiagem a verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por ocasião da greve dos professores, eu ainda não esqueci, quando houve tentativas de negociação pela Bancada oficial neste Parlamento e sem sucesso. Houve uma tentativa das bancadas de Oposição. Quando nós estivemos no Palácio este Parlamentar, mais o Deputado Algaci, mais o Deputado Rafael Greca, mais o Deputado Costenaro que aqui está, quando nós fomos tentar negociar, o diálogo e o fim da greve não foram os policiais que nos barraram, não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os policiais permitiram e nos deram a garantia para que nós adentrássemos ao Palácio Iguaçu. Quem nos barrou, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem tentou nos barrar foi Sua Excelência o Senhor Secretário da Segurança, foi Sua Excelência o Chefe da Casa Civil e foi Sua Excelência que coordenou os demais, que foi Sua Excelência o Governador.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta data é oportuna para que a verdade não seja maquiada pela mentira. Quem governa este Estado, disse muito bem o Deputado Nereu Carlos Massignan é o Governador do Paraná, e se o PMDB, Partido que manda no Governador, for um partido digno ele deveria tomar uma atitude digna e não deveria permitir que o seu Governador cometesse tal ato.

Nós do Partido dos Trabalhadores, não esquecemos quando integrantes filiados ao nosso Partido participaram de um assalto a uma agência bancária na Bahia, atribuíram ao nosso Partido, simplesmente porque eram filiados. O nosso Partido simplesmente os excluiu dos seus quadros partidários porque não concorda com tais atos e integrantes do nosso Partido que cometem atos absurdos não continuarão fazendo parte dos quadros do nosso Partido.

O mesmo procedimento deveria tomar a Bancada do PMDB e a direção desse Partido que através da imprensa condena atos de terrorismo e condena quem solta bombas, condena quem toma atitudes inaceitáveis pela sociedade. Atos de terrorismo como esses, os seus responsáveis deveriam ser excluídos dos quadros partidários.

Está preocupado o Deputado Nereu Carlos Massignan com a punição, com o julgamento dos responsáveis, eu também estou. Mas, Deputado Nereu Carlos Massignan, não tenha dúvida, como as coisas andam aqui no nosso Estado a punição já começou. Vai demorar, mas já começou. A punição já iniciou. Por que será que o Governador do Estado apesar da sua demagogia não foi capaz de ganhar a eleição em União da Vitória, em Pato Branco, em Francisco Beltrão, não pode ganhar em Paranavaí, não ganhou em Guarapuava, não ganhou em Ponta Grossa, não ganhou em Curitiba?

Portanto, Deputado Nereu, fique tranquilo, porque o povo do Paraná punirá aqueles que não são capazes de governar com habilidade este Estado e comandar uma política de segurança transparente e uma segurança com verdade e com justiça.

O povo do Paraná não perdoará e mandará de volta aqueles que no Poder foram incapazes.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PDS com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Senhores Deputados.

A Mesa comunica que a CPI requerida na Sessão Ordinária do dia 19/04/89 e constituída através do ato da Presidência n. 1 de 89, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná 3004 de 26 de abril, será composta pelos seguintes Senhores Deputados conforme indicação dos Senhores Líderes Partidários: PMDB - Orlando Pessuti, Amélia Hruschka, Djalma de Almeida César, Pirajá Ferreira e José Felinto; PSDB - Haroldo Ferreira; PFL - David Cheriegate; PDT - Valderi Mendes Vilela. A Mesa comunica que de acordo com o disposto do art. 40 do Regimento Interno, deverão os componentes aqui nominados, reunirem-se no prazo de 5 dias para elegerem o Presidente e dar início aos trabalhos da Mesa. Não ocorrendo este fato, regimentalmente a Me-

sa vai designar o 1º Vice-Presidente para a sessão de instalação da Comissão.

Comissão Especial de Reforma da Constituição, previsão do art. 198 do Regimento Interno, com 13 membros: 8 para o PMDB, 2 para o PSDB, 2 para o PFL e um para o PDT. A Mesa solicita indicação dos membros mais breve possível.

Expediente subscrito pelo Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Deputado Antônio Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados do PFL, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para as providências cabíveis.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que representarão o PDT na Comissão Parlamentar de Inquérito. À Diretoria da Assistência de Plenário, para as providências cabíveis.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício subscrito pelo Senhor Presidente do Partido Trabalhista Nacional, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Eroniy Silvério é o representante do referido Partido nesta Casa, e por conseguinte, Líder da Bancada. Anote-se.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 42/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 12/89), que objetiva a concessão de uma pensão mensal ao pintor CZESLAW LEWANDOWSKI. Aprovado. (Public. no DA. de ...).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 06/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEÃO, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que terá 15

(quinze) membros. (Aprovado. (Public. no DA. n. 10 de 20.03.89).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 95/88 (Mensagem n. 95/88 ex-Proposição n. 92/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 28.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 96/88 (Mensagem n. 111/88 ex-Proposição n. 104/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio celebrado em 03.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução das atividades do Núcleo de Profissionalização Rural, no sentido de promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do Jovem do Campo. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 02/89 (ex-Proposição n. 03/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentadas pela Resolução n. 55/83 e Decreto Legislativo n. 138/88, de 20 de maio de 1988, conforme ofícios ns. 02 e 03/89 do Departamento Financeiro. Aprovado, artigo por artigo.

A Mesa marca para 5ª feira da semana que vem a votação do veto. Proposição n. 36/89.

Sobre a mesa, requerimento de n. 832, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 846, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 826, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 814, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento de n. 816, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 811, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 815, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 829, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 809, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 810, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 825, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 835, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 806, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Em votação.

A Mesa comunica ao Plenário que qualquer despesa que a Assembléia terá que fazer daqui para frente terá que ter o apoio e aprovação do Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Requerimento de n. 847, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Senhores Deputados Valderi Merdes Vilela, Raul Lopes, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em votação.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento n° 848, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 817, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 818, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 819, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 820, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 821, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 822, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 823, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 824, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 827, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 828, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 830, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 831, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 833, de autoria da Sr.^a Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 834, de autoria da Sr.^a Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 836, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 837, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 838, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 839, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 840, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 841, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 842, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 843, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 844, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 845, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 745, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) -
Requeiro verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Soli-
cito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa
defere e solicita ao Sr. 1° Secretário
que proceda à chamada nominal.

(É feita a chamada nominal dos Srs.
Deputados)

Vinte e quatro Srs. Deputados respon-
deram a chamada. Não há quorum para vota-
ção.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando ou-
tra para segunda-feira, dia 15, à hora re-
gimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
213/88

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução
n°

95/88,
96/88 e

02/89.

para quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
306/88,
39/89 e
81/89.
e dos Projetos de Resolução n°s
78/88,
88/88 e
03/89.

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 36/89, veto oposto ao Projeto de Lei n° 69/89, que reajusta os vencimentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Marca ainda uma sessão da Assembléia Constituinte Estadual para terça-feira, dia 16, à hora regimental, para análise crítica dos trabalhos desenvolvidos até aqui.

Levanta-se a sessão.

A Mesa lembrou ao Plenário que o dia de amanhã será destinado a trabalho nas Comissões.

Marca, ainda, uma sessão ordinária,

Constaram da pauta, em 3ª sessão, os Projetos de Lei sob os n°s 326/84, 279, 325, 330/88, 05, 06, 07, 16, 19, 22, 26, 27, 34, 52, 53, 71, 73, 77, 88 e 99/89.